XXV Congresso de Iniciação Científica da Unicamp

18 a 20 Outubro Campinas | Brasil

Debate sobre a política fiscal no primeiro governo Dilma: "Nova Matriz Macroeconômica"

João Henrique N. de O. Macedo*, Guilherme Santos Mello.

Resumo

Esta pesquisa visa delinear um debate acerca dos caminhos da política fiscal ao longo do primeiro governo Dilma Rousseff. Tal debate foi colocado e construído a partir de duas óticas diferentes, a partir das considerações de ortodoxos e heterodoxos sobre os efeitos e fundamentos das políticas fiscais exercidas entre 2011 e 2014. Ao iniciar seu governo, Dilma adota uma retomada do tripé macroeconômico em sua forma mais pura, mas logo o flexibiliza, criando o que ficou conhecido como "nova matriz macroeconômica" (NME). O foco central da discussão aborda a configuração da política fiscal dentro desses diferentes regimes, sua fundamentação teórica e o impacto das medidas implementadas sobre os indicadores do período.

Palavras-chave:

Política fiscal, governo Dilma, Nova Matriz Macroeconômica.

Introdução

Na primeira metade do primeiro mandato de Dilma Rousseff, a base do planejamento econômico e algumas políticas chave para o plano de ação do governo haviam sido estabelecidas, criando um certo otimismo por parte de alguns economistas até a época. Contudo, na segunda metade o cenário fiscal começa a apontar para deterioração acelerada até que então, em 2014, há a inversão do ciclo e o resultado primário do governo central entra no campo negativo pela primeira vez no século XXI.

A dificuldade da Nova Matriz Econômica em atingir plenamente seus objetivos é observada por ambas as vertentes econômicas que compõem o debate sobre o período, contudo, a crítica irá estar pautada no arcabouço ideológico de tais vertentes.

Resultados e Discussão

A análise inicial dos resultados fiscais ao longo do período irão apontar que houve contínua deterioração da saúde das contas públicas, com o cenário de elevação do déficit primário se intensificando após 2012. O que se observou foi um impacto das políticas fiscais de desoneração fiscal e subsídios sobre a arrecadação da esfera pública, o que combinado com a desaceleração do PIB gerou uma piora no nível das receitas do setor público como um todo. A hipótese de que o Estado se endividou mais devido ao gasto descrionário da administração Dilma se mostra equivocada pela análise dos indicadores, uma vez que os gastos que mais cresceram no período foram os de natureza corrente, estabelecidos pela Constituição de 88, com destaque para a Previdência e o funcionalismo público.

Para os principais autores considerados ortodoxos que compõem a bibliografia da pesquisa, a principal falha do governo Dilma se encontra na tentativa de retomar um ativismo econômico do Estado, muitas vezes até mesmo se assemelhando à uma forma de "populismo lation-americano" (Mesquita, 2014, p.03). Diante desta maior atuação pública na economia, grande parte dos autores ortodoxos aparentam concordar que houve uma elevação no patamar da dívida brasileira não só devido às políticas fiscais, mas também devido aos compromissos sociais assumidos a partir da Constituição Federal de 1988. Holanda e Pessoa (2014, p.27) irão estabelecer que a constituição instaurou um "contrato

social que requer a contínua elevação do gasto público com proporção do PIB", o que para os autores colocará a situação do Estado brasileiro em um cenário de insolvência. Como consequência do maior endividamento, Mesquita (2014) irá adiante com o argumento e afirmará que houve um contexto de dominância fiscal, o que retirou a capacidade da política monetária de combater eficientemente a inflação.

Já a crítica dos autores heterodoxos não envolverá a fundamentação ideológica do planejamento do governo mas sim as políticas fiscais adotadas. Como apontado no estudo de Manoel Pires (2014), os multiplicadores do investimento público superam os da carga tributária líquida, o que leva a crer que a política de Dilma se equivocou ao focar no fomento ao investimento privado através de desonerações, dado que os benefícios gerados por investimentos públicos poderiam empregar um maior dinamismo ao ciclo econômico. Os heterodoxos também contestam as afirmações de que a dívida pública foi responsável pela inversão do ciclo em 2014, indicando que foi a falta de uma política expansionista mais ativa que resultou na piora do resultado primário.

Conclusões

Logo, o que se observa é que apesar da política fiscal e monetária do primeiro governo Dilma possuírem um intuito de transformar a estrutura de oferta e cobrir lacunas estruturais na economia brasileira, a execução de tais políticas muito deixou a desejar, resultando em uma inversão do ciclo econômico e uma piora dos indicadores fiscais já em 2014.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Guilherme Mello pela orientação e ao CNPq pelo fomento concedido ao projeto.

Mesquita, Mário; Holanda e Pessoa; In: *Coletânea sob a luz do sol*, Insper, São Paulo, 2014.

Pires, Manoel Carlos de Castro. Política fiscal e ciclos econômicos no Brasil. Economia Aplicada, 2014.